

Artigos

Motrivivência Ano XV, Nº 20-21, P. 139-162 Mar./Dez.-2003

LAZER E TRABALHO: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social

Thelma Hoehne Peres Polato¹

Resumo Abstract

Para a compreensão do lazer é preciso compreendê-lo em sua totalidade, para que se possa identificar as relações estabelecidas e as possibilidades do lazer se apresentar como potência transformadora. Na busca de possíveis caminhos que permitam a realização da emancipação humana, este estudo pretende indicar qual a contribuição que a Ontologia do Ser Social pode dar para uma melhor abordagem do tema.

Palavras-chave: lazer, trabalho, ontologia do ser social.

For the understanding of leisure it is necessary to understand it in its totality, so that it can identify the established relations and the possibilities of leisure presenting itself as a transforming power. Searching the creation of ways that allow the accomplishment of the human being emancipation, this study intends to indicate which is the contribution that the social being ontology can give for one better boarding of the subject.

Key words: leisure, work, social being ontology.

Introdução

“Quando [...] atribuímos ao trabalho e às suas conseqüências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividades, isso deve ser entendido num sentido puramente ontológico, ou seja, o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo pelo qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo.”
(Lukács, A Ontologia do Ser Social: os princípios fundamentais de Marx)

Neste trabalho iremos dar maior enfoque às questões referentes ao lazer e à estrita relação que este estabelece com a categoria trabalho. Dessa forma, esclarecemos que, para tal empreitada, não há como não considerar ou como eliminar a necessária mediação que o lazer mantém com as questões referentes à sua relação com a sociedade, com o processo produtivo/processo de trabalho e com a qualificação humana, tendo em vista que o lazer pode contribuir no processo de análise e compreensão do homem em suas relações e práticas sociais.

Dessa forma, a reflexão sobre o lazer, no seu sentido mais amplo, pode acarretar na discussão

de questões pertinentes à sua função social perante os diversos processos de desenvolvimento da sociedade, no que diz respeito à produção e reprodução das relações sociais. Sendo assim, a consideração e o tratamento das relações entre o lazer e a estrutura econômica-social, o processo de produção, as transformações tecnológicas, o processo de divisão do trabalho, bem como a produção e reprodução da força de trabalho, constituem-se como essenciais para a correta apreensão do lazer e da função que este, hegemonicamente, tem recebido como um tempo/espaco de controle para responder às demandas do capital.

O caráter subordinado do lazer aos interesses do capital tem tomado, historicamente, formas e conteúdos diversos. Assim, por diferentes maneiras, o caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre a sociedade e o lazer, ou destes com o processo produtivo.

Em boa medida, a literatura nos revela as formas específicas desta subordinação e não é objetivo deste trabalho expô-las. Cabe, apenas, registrar que o caráter explícito desta subordinação é uma clara diferenciação do lazer para as classes dirigentes e a classe trabalhadora, bem como a de um lazer

que se configura como consumo, como uma mercadoria.

Precisamos ressaltar, apesar disso, que o lazer também pode ser tratado como um tempo/espaço de desenvolvimento das potencialidades humanas desde que, neste tempo/espaço de lazer, seja buscado trabalhar com conhecimentos e habilidades que permitirão uma melhor compreensão da realidade que nos cerca, desenvolvendo-nos a capacidade de fazer valer nossos interesses e necessidades.

Sabemos também que não basta uma mudança nos conteúdos do lazer. Tratá-lo como um tempo/espaço de desenvolvimento das potencialidades humanas requer uma ação política para que tal superação possa ser construída, construção esta que deve se dar a partir das contradições sociais apresentadas pela atual sociedade, ou seja, a partir da realidade histórica a que estamos inseridos.

Acreditamos, portanto, no lazer como um fenômeno contraditório, porque concordamos com Valle (1988), quando diz que

“É esse duplo aspecto revelado pelo lazer, atividade instrumentalizada e instrumentalizável pelo trabalho, alienação e empobrecimento e, por outro lado, necessidade radical capaz de conduzir a um dado a classe trabalhadora a transcender

os limites socialmente impostos à sua liberdade, é essa complexa ambivalência que o torna imprescindível para a análise da sociedade atual. Ao mesmo tempo, é somente na medida em que essa dinâmica contraditória é colocada em foco que os estudos do lazer ganham a consistência teórica necessária, ultrapassando a mera ingenuidade ou oportunismo intelectual” (Valle, 1988, p.48).

Por esta razão, podemos perceber que a explicitação do papel social do lazer e da sua relação com o processo de produção da vida vem marcada por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas.

Acreditamos que o lazer, abordado a partir da realidade em que ele está posto e de sua articulação com esta realidade, deva ser concebido como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, ou seja, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas.

Sendo assim, para que uma análise do lazer se coloque numa perspectiva crítica, ou para que a crítica se efetive, não basta engendrar a denúncia e a resistên-

cia, mas é necessário abrir perspectivas para alternativas, ampliando as análises que buscam entender o lazer no conjunto das relações e lutas sociais, na busca pela emancipação do homem.

Como nos diz Padilha (2000, p.61), quando se pensa em emancipação humana “[...] é preciso ir mais longe na reflexão do contexto social, político e econômico, mesmo porque, denunciar a realidade não implica comprometimento com mudança [...]”.

Por entendermos que é a partir de determinada concepção de mundo e de homem de quem pesquisa que o estudo se fundamenta e que, também, o método se vincula, é importante esclarecer que este trabalho parte da concepção de homem como um ser social e histórico, inserido em uma estrutura social que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é também criador e transformador dessa realidade social.

Quase como consequência, a visão de mundo se apresenta como uma realidade concreta, determinada, porém, dinâmica, passível de ser transformada. É necessária uma reflexão racional das determinações existentes, da realidade objetiva para o desenvolvimento e transformação dos fatos. É necessário compreender os fatos, a partir de suas contradições, em sua totalidade

onde, esse todo, depende da estruturação do modo de produção existente e das relações estabelecidas pelos homens.

Por acreditarmos que na contradição do fenômeno lazer é possível almejar caminhos que nos conduzam para a realização de uma sociedade realmente orientada por finalidades verdadeiramente humanas, é que as reflexões que incentivaram a construção desse trabalho consistiram na tentativa de levantar elementos que contribuíssem para uma melhor compreensão deste fenômeno, nos interrogando sobre o significado do lazer e a função que este exerce na sociedade. Mas, será que ao buscar seu significado e função não estamos buscando conceituá-lo?

Conceituar significa compreender. E para quem deseja compreender adequadamente a realidade, para quem busca a distinção entre representação e conceito, não deve se contentar com as suas simples representações deve buscar desvendar e destruir a aparente independência da realidade imediata com que a existência se manifesta, para poder chegar ao conhecimento do mundo real, ou seja, ao conhecimento de que as coisas, as relações e os significados são produtos do homem social. Processo pelo qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, operam

a humanização do homem. O que buscamos demonstrar com isso é que todo fato, todo fenômeno, só é compreensível em seu contexto e que, portanto, o próprio conceito é determinado pela realidade social

“[...] toda verificação de um fato, toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daqui para ir além, para investigar ininterruptamente todo o âmbito do factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica” (Lukács, 1979, p.22).

A compreensão da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos deve partir da compreensão de que nada, nenhuma relação, fenômeno ou idéia tem caráter imutável. Assim, o movimento dos fenômenos, da sociedade e do próprio homem são a sua história, construída pelas contradições que são inerentes e operam em todos os fenômenos. A compreensão real da sociedade implica no entendimento de suas relações históricas, políticas e ideológicas. A base da sociedade, da sua formação, das suas instituições e regras de funcionamento, das suas idéias, dos seus valores, são as condições materiais. É a partir delas que se constrói a sociedade, que se possi-

bilita a compreensão do todo e que se permite a sua transformação.

Os fenômenos constituem-se, fundam-se e transformam-se a partir de múltiplas determinações que lhes são essenciais e que são determinadas e fazem parte de outras relações. Qualquer fenômeno faz, assim, parte de uma totalidade que o contém, que o determina. A totalidade é entendida como totalidade de determinações, como totalidade de relações que constitui os fenômenos e é por eles constituída.

Dessa forma, concordamos com Marx (1984), quando ele diz que o conhecimento é determinado pela matéria, transposta e traduzida na cabeça do homem.

“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 1984, p.25).

Com isso, podemos dizer que o estudo de qualquer fenômeno da realidade implica compreendê-lo a partir de e na realidade concreta de que é parte, e não em compreendê-lo abstraindo-se essa realidade, retirando-o dela como se o fenômeno dela independesse. Dessa forma, o sujeito produtor de co-

nhecimento não tem uma atitude contemplativa em relação ao real, o conhecimento não é um simples reflexo, no pensamento, de uma realidade dada.

Lukács (1997), ao falar sobre os delineamentos de uma ontologia histórico-materialista de Marx, coloca que, para este autor, todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve sempre ser parte movente e movida de um complexo concreto e que, em função disso, podemos entender que qualquer categoria de compreensão da realidade não deve ser tida como enunciado sobre algo que é, mas que ela é a forma, também movente e movida, da própria matéria.

O lazer, quando apreendido no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ele mesmo constituído e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos do lazer.

Dessa forma, partindo da idéia de que o lazer surge, portanto, como um produto dos homens, que nasce das necessidades peculiares das sociedades de classes, nortearam este estudo reflexões que nos levaram ao questionamento de qual o lugar representado pelo lazer nessa nova organização societária.

Que necessidades são essas que, reconfiguradas nas transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas que a realidade vem experimentando, apontam o lazer como um problema social? O que determina essa necessidade do lazer? Em que se baseia essa importância?

O lazer não pode ser compreendido de maneira homogênea como se todos pudessem usufruí-lo de um mesmo jeito. Ao contrário disso, é necessário contrapor as verdadeiras necessidades de uma sociedade de classes, tendo como meta a construção de uma sociedade com princípios mais humanitários.

A categoria trabalho vista numa perspectiva ontológica

A realidade se apresenta de maneira concreta, determinada, porém dinâmica, passível de ser transformada. Para a apreensão dessa realidade, é necessária uma reflexão racional das determinações existentes, da realidade objetiva para o desenvolvimento e transformação dos fatos. É preciso compreender os fatos a partir de suas contradições, em sua totalidade onde, esse todo, depende da estruturação do modo de produção existente e das relações estabelecidas pelos homens.

O homem, como um ser social e histórico, inserido em uma

estrutura social que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é também criador e transformador dessa realidade social – e faz isso de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta – só pode existir e se reproduzir a partir de uma constante e ineliminável troca com a natureza, ou seja, através do trabalho.

Para Lukács, o trabalho é a protoforma do agir humano. Apesar da reprodução social comportar outros tipos de ação, sem o trabalho as atividades humano-sociais não poderiam existir. A relação com a natureza, mediada pelo trabalho, é o fundamento ontológico da busca de uma vida “plena de sentido”.

“[...] é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construir um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social. E toda essa processualidade tem, no processo de generalização denotado pelo trabalho, seu momento fundante.” (Lessa, 1997:63)

O trabalho, como se percebe, é então a dimensão ontológica do ser social, pois é através dele que o homem realiza sua intenção na natureza. Essa intenção é modifica-

da no processo ao mesmo tempo em que a realidade é transformada. Essa atividade representa, ao mesmo tempo, a generalização do indivíduo no social e a singularização do social nesse indivíduo, representa, sociabilidade. O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens. Só se objetiva socialmente, de modo determinado. Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na produção e reprodução do ser social, dá a ele um caráter universal e histórico.

No entanto, não devemos simplificar o trabalho a uma simples objetivação de uma vontade. Há que se lembrar que em seu processo participam também, além da atividade orientada, os meios de produção, os objetos de trabalho e objeto trabalhado (produzido). Há que se lembrar também que não se trata de uma primazia da razão sobre o objeto, mas trata-se de uma relação dialética na qual a práxis é o conhecimento a e ao mesmo tempo instrumento de conhecimento. Não existe conhecimento à margem prática do homem.

“Citando diretamente Marx, Lukács argumenta que três são os momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização (Entäusserung) e a alienação (Entfremdung). A objetivação é o complexo de atos que transforma

a prévia ideação, a finalidade previamente construída em consciência, em um produto objetivo. Pela objetivação, o que era apenas uma idéia se consubstancia em um novo objeto, anteriormente inexistente, o qual possui uma história própria” (Lessa, 1996:10).

A objetivação é o que articula a teleologia com a construção de um novo ente. Este novo ente é ontologicamente distinto da consciência que o concebeu já que nunca é realizado tal qual havia sido concebido. Nesse processo, o indivíduo também se transforma, pois, por um lado, desenvolve novas habilidades e por outro, para poder vencer a resistência imposta pela natureza a ser transformada, é necessário que conheça os nexos causais da natureza que pretende transformar. Não há dúvidas, portanto, que neste processo, mudam a natureza e o indivíduo. Desta maneira, a produção de um objeto não é apenas uma transformação da realidade, uma objetivação, mas é também uma exteriorização do sujeito que trabalha. O sujeito se consolida nas coisas que faz, porém essas coisas não são a identificação imediata do sujeito, já que no processo ambos se transformam e de tal forma que temos um processo ininterrupto. A exteriorização deste indivíduo é, ao

mesmo tempo, a exteriorização dos patamares da individualidade social, é representativa do nível de desenvolvimento da humanidade como um todo.

“Esse complexo objetivação-exteriorização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. (...) Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico em sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizadas numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano. O mesmo *mutatis mutandis*, poderia ser dito de objetivações muito mais complexas como uma obra de arte ou uma relação social como a estabelecida pelo capital” (Lessa, 1996:12).

Esse processo de objetivação-exteriorização, impulsiona o desenvolvimento genérico da humanidade para patamares supe-

riores de sociabilidade, ou seja, dá origem a um complexo social que sintetiza os atos dos indivíduos singulares em tendências que conferem unidade e sentido ao desenvolvimento do gênero humano. Dessa forma, no momento em que os indivíduos adquirem, em escala social, a consciência de como os seus atos são sintetizados em determinadas tendências históricas, eles podem, através da modificação de seu comportamento, interferir nesse desenvolvimento, impossibilitando-o ou alterando-o em um sentido ou em outro. Assim, cada nova objetivação-exteriorização encontrará um ambiente social mais desenvolvido para sua efetivação, gerando demandas cada vez mais socialmente elaboradas e operando respostas cada vez mais socialmente complexas.

A síntese dos atos singulares em tendências genéricas, possui ainda a característica de possibilitar o desenvolvimento da individualidade. Quanto mais complexa for a sociabilidade, quanto mais mediados socialmente forem os atos que os indivíduos devem realizar cotidianamente, tanto mais complexas são as individualidades.

Se Lukács afirma que os três momentos decisivos do trabalho são a objetivação, a exteriorização e a alienação, falta-nos estudar o terceiro aspecto do trabalho:

a alienação. Para isso faz-se necessário que recuperemos a análise feita por Marx a respeito da ordem burguesa.

“Na enorme maioria das vezes, a síntese dos atos singulares em tendência histórico-genéricas impulsiona a humanidade para patamares superiores de sociabilidade. Contudo, isso nem sempre ocorre. Em dadas situações históricas, mediações e complexos sociais, mesmo que anteriormente tenham impulsionado o desenvolvimento sócio-genérico, podem passar a exercer um papel inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano” (Lukács, 1979:54).

Nem todo processo de objetivação-exteriorização atua positivamente no desenvolvimento da humanidade. Em alguns momentos historicamente determinados, pode se transformar em obstáculo para o desenvolvimento da generalidade humana, transformando-se em um processo de negação da própria humanidade. Vale frisar que esse processo nada tem de natural, é um fenômeno prioritariamente social.

Devemos compreender a alienação como resultante da história humana, como resultante da reprodução social, pois essa é a condição para a sua superação, ou seja, trata-se de um fenômeno produzido pela maneira de ser do ho-

mem na ordem burguesa. Não se trata de uma característica essencial e, portanto, pode ser superada pela própria prática social humana, mas, na ordem burguesa, trata-se de um fenômeno que necessariamente ocorre, a alienação é uma condição necessária para a vida humana na ordem burguesa.

“[...] Nos dias em que vivemos, um exemplo desse fato é a introdução da automação e da informática na produção. É hoje inegável o quanto isso poderia significar no sentido de diminuir a jornada de trabalho efetivamente necessária para a reprodução da sociedade, aumentando assim o “tempo livre” dos indivíduos. A esfera da necessidade poderia consumir um tempo de trabalho da humanidade infinitamente menor ao que absorve hoje, e a esfera da liberdade poderia ser ampliada de modo significativo. O que isso significaria no sentido da emancipação humana é por si evidente” (Lessa, 1996:20).

O trabalho, no contexto da sociedade capitalista e em face da apropriação privada dos meios de produção, tende a negar suas potencialidades emancipadoras, fazendo com que os indivíduos não se reconheçam como sujeitos daquilo que realizaram. A criação humana se faz estranha ao próprio homem.

A relação trabalho/alienação é resultado de uma relação mais geral entre trabalho e reprodução social. Enquanto o trabalho entendido como categoria que funda os demais complexos da sociabilidade é condição eterna da vida humana, o trabalho alienado diz respeito, especificamente à necessidade de reprodução do capital. E, assim, só poderá deixar de existir com a superação da sociedade capitalista.

Frente a essas palavras, acreditamos poder afirmar que as alienações são produtos da história humana, são resultantes da reprodução social. Concebendo a essência humana como histórica, como historicamente determinada pela reprodução social, Lukács nos leva a compreensão de que os homens fazem sua própria história, e que, portanto, as misérias humanas são de responsabilidade única da humanidade, e a modificação disso também.

O cenário atual e a crise contemporânea: qual o espaço para o lazer?

“[...] ainda que o desenvolvimento das forças produtivas ofereça possibilidades novas e revolucionárias para o desenvolvimento humano, a consciência meramente fenomênica de que é capaz o mundo burguês só concebe o novo

como uma nova forma do velho. O caso hoje mais escandaloso é, talvez, o da informatização e automação. Elas permitem aumentar significativamente o tempo livre da humanidade; contudo, no interior do capitalismo, produzem uma jornada de trabalho maior e mais intensa, abolem direitos trabalhistas, diminuem salários e provocam mais desemprego. As potencialidades revolucionárias inscritas no mundo burguês são percebidas, pela ideologia dominante, tão somente como formas que renovam o velho, de modo que o novo em potência jamais sequer chega perto de efetivar-se" (Sergio Lessa, 1997).

A sociedade contemporânea vem sendo marcada por um acelerado processo de transformação social, transformações essas que revolucionam o modo de reproduzir nossa vida material, com enormes

implicações sobre a organização da produção e do trabalho.

Essas transformações se dão, fundamentalmente, em função das novas configurações do sistema produtivo. Na dinâmica organizacional societária, essas transformações fazem com que apareçam novos tipos de relações produtivas criando uma nova organização sócio-técnica do trabalho.

Em meados da década de 1970, o padrão Taylorista/Fordista² de produção começou a se esgotar e deu espaço a novas formas de organização da produção, como o Toyotismo, fundando a chamada flexibilização, ou acumulação flexível³. Houve também nesse período uma globalização das relações econômicas, permitindo uma desterritorialização do capital, que fez com que a circulação do capital passasse a não ter mais fronteiras. No âmbito da sociedade capitalista, os pro-

cessos de trabalho – fordismo, toyotismo e acumulação flexível – se substituíram na perspectiva de adequação da produção à lógica imposta pelo mercado.

Com o surgimento da globalização e dos megablocos econômicos e com a flexibilização das relações de produção, deixa-se de lado o trabalhador fabril do século XIX, que assumia uma determinada função, e exige-se um trabalhador mais polivalente, que possa assumir variadas funções. Temos também que, com o avanço da automação, em decorrência do surgimento de novas tecnologias, tem-se produzido mais riqueza em menos tempo de trabalho. Mas isso faz com que se reduza também a quantidade de trabalho necessário para a remuneração do trabalhador, aumentando, dessa forma, a produção excedente que será apropriada pelo capitalista.

Estas intensas transformações que vimos assistindo nos últimos tempos e que refletem uma incrível potencialização das forças produtivas, não produzem o alargamento – como poderiam – dos horizontes teóricos e políticos, culturais e afetivos da humanidade.

Antunes (1999) aponta em seus estudos que estas transformações no mundo do trabalho acarretaram, no processo que ele caracterizou como um processo de

heteroginização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, repercutindo em mudanças no ser do trabalho e atingindo intensamente o universo da consciência, da subjetividade do trabalhador e de suas formas de representação. As principais conseqüências dessas transformações podem ser visualizadas através da desproletarização do operariado industrial e fabril com aumento significativo do assalariamento no setor de serviços, da significativa expansão do trabalho assalariado e do trabalho parcial temporário e subcontratado, da heteroginização do trabalho e da assustadora expansão do desemprego estrutural que significa, hoje, a mais brutal das transformações e atinge escala global. Para este mesmo autor, as mudanças no mundo do trabalho, geradas principalmente pela expansão do fordismo e toyotismo, têm como conseqüência mais evidente o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital. O que se vê com maior freqüência são formulações que buscam uma saída para a crise do capitalismo em seu interior, ou seja, visualizam uma nova forma de organização do trabalho adotando a ótica do mercado e da produtividade da empresa, continuando, dessa forma, a lógica do capital.

Essa expansão dos níveis de desemprego estrutural aparece como conseqüência da crise do ca-

pitalismo e da necessidade de uma reorganização do capital e de seu sistema político e ideológico de dominação, seguido de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Essa reestruturação do capital, porém, foi tratada somente na sua superfície, ou seja, a reestruturação – como resposta à crise – se fez sem que se alterassem as bases do modo de produção capitalista, criando novas formas de acumulação flexibilizadas. Isso fez com que houvesse, em escala mundial, uma ação destrutiva da força humana de trabalho, caracterizada pelo enorme contingente de pessoas que se encontram à margem do processo produtivo ou em trabalhos precarizados.

“Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital” (Antunes, 2001, p.34).

Concordamos com Antunes (1999) que este novo padrão de acumulação flexível caracteriza-se por seu alcance destrutivo. Consta-se nessas transformações que as novas formas assumidas pela organização produtiva da sociedade têm gerado um cenário problemático que é marcado por conflitos de toda

ordem. Assim, parece recair sobre a classe trabalhadora o maior ônus decorrente do reordenamento do padrão de acumulação, pois tem sofrido, crescentemente, um processo de exclusão do mundo do trabalho, principalmente dos trabalhos formais e estáveis, aumentando o número de pessoas que ingressam no trabalho informal. Esse crescimento do trabalho informal se apresenta como uma alternativa de sobrevivência da classe trabalhadora.

Por outro lado, esse processo de exclusão do mundo do trabalho, tem aumentado o contingente do exército industrial de reserva, uma vez que a oferta de vagas no setor produtivo é restrita, e o setor de serviços não apresenta possibilidade de absorção de toda essa mão-de-obra.

A reestruturação produtiva tem, então, provocado uma redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcon-tratado, revelando um novo perfil do tempo e do mercado de trabalho. Além disso, o desenvolvimento das novas tecnologias gera um aumento do “exército industrial de reserva”, de forma a tornar mais viáveis as estratégias de extração de mais-valia absoluta da extensão da jornada de trabalho com redução de salário real (Padilha, 2000, p.26).

Ao utilizar-se das idéias de Viviane Forrester, Chauí (1999) diz que, contrariamente às formas anteriores de capitalismo, a forma contemporânea de capital impõe a idéia de que o trabalho não cria riqueza, os empregos não dão lucro e os desempregados são dejetos inúteis e inaproveitáveis. “[...] Depois de haver produzido mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a única mercadoria descartável” (Chauí, 1999, p.55).

Dessa forma, assim como a classe de trabalhadores assalariados vive em constante insegurança com relação a sua estabilidade econômica, devido à grande taxa de desemprego como também a precariedade das relações de trabalho, o seu tempo fora do trabalho também passa a ser afetado.

A utilização do tempo que tem disponível fora do trabalho acaba sendo utilizado pelo trabalhador para a busca de uma qualificação profissional que, em tese, dar-lhe-ia maiores garantias de ter seu emprego assegurado, como também para procura de outros empregos que o ajudariam a ampliar a renda familiar. Com isso, o tempo que resta se destina, quase todo, para a recuperação e reposição das energias necessárias para a próxima jornada de trabalho, sobrando, dessa forma, pouco tempo para o divertimento ou

a realização de atividades que ampliariam o seu quadro de desenvolvimento pessoal, ampliação essa que poderia ser alcançada através de atividades de lazer.

“Daí esse estranho fenômeno da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho em que se pode lançar mão o capital para expandir seu valor” (Marx apud Oliveira, 2001, p.53).

Mas, não podemos associar, por completo, esse aumento do tempo livre ao lazer. Padilha (2000), nos dá elementos que constata que o aumento do tempo de não trabalho está sendo ampliado, é verdade, para uma grande maioria de trabalhadores, mas está cedendo espaço a um problema de dimensão político-social e econômico que é o desemprego. O lazer divide, portanto, nesta dimensão do tempo de não-trabalho, as preocupações geradas pelos processos de exclusão social, não só o desemprego estrutural, mas também o processo de estranhamento do trabalho.

Os processos de fragmentação do trabalho verificados na sociedade capitalista evidenciam e acentuam a desigualdade social, a aniquilação de alguns direitos conquistados, o crescimento da violência e miséria urbana etc. Ao mesmo tempo, e em virtude de uma crescente bandeira levantada que prega que com a forma avançada de capitalismo o trabalho já não ocupa um papel central no desenvolvimento das sociedades⁴, o peso e a importância dada ao lazer, ou ao binômio trabalho/lazer, tem sido alterado. Mesmo frente ao contexto de exclusão e privações, tem havido um crescente investimento no setor de entretenimento associado à indústria do lazer.

Castellani (1996) nos dá um demonstrativo disso ao discutir como vêm sendo construídas as políticas públicas para o setor de lazer. Ele nos mostra que o Brasil foi um dos países da América Latina que mais cresceu economicamente, po-

rém, os índices de desigualdades econômicas e sociais aumentaram⁵. Para ele, dados como, por exemplo, o de 400 mil crianças que morrem de fome anualmente e o de 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza absoluta, em contraste com um Brasil que ostenta o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, laranja e mandioca e o 2º lugar em rebanho bovino⁶, auxiliam na compreensão e reconhecimento mundial de um quadro de exclusão social do mundo urbanizado e na indagação sobre qual classe social está sendo indicada quando vemos, em reportagens nos jornais e revistas, que a indústria do lazer no Brasil vem crescendo cada vez mais.

“[...] é neste contexto mundial e nacional que, ao enfocarmos a problemática do lazer – enquanto um dos elementos indicadores da qualidade de vida de um povo – nos deparamos com a situação aparentemente paradoxal, percep-

tível nas notícias que, a par da realidade denunciada pelos dados acima, indicam um crescente investimento no setor de entretenimento por parte da iniciativa privada associada à indústria do lazer no Brasil” (Castellani, 1996, P.12).

Nos mostra ainda que a fatia da população que usufrui desse crescimento no setor do lazer e do entretenimento não é, certamente, a das pessoas que,

“[...] de setembro de 1994 a setembro de 1995, passaram da economia formal para o mercado informal, algo em torno dos 17% do pessoal empregado! Isso sem falarmos do valor do salário mínimo dos trabalhadores brasileiros [...] como também do contingente de desempregados que, malgrado os esforços dos neoliberais de plantão em camuflar sua existência, aumenta avassaladoramente em nosso meio [...]. Certamente também não são os cerca de 22 milhões de brasileiros que vivem em condições situadas abaixo do nível de pobreza absoluta [...] o que nos conduz à confirmação, mais uma vez, da responsabilidade do modelo econômico concentrador presente em nosso país, pelo quadro de desigualdades sociais nele existentes” (Castellani, 1996, p.13).

Pelo aumento do tempo livre, gerado pelas mudanças no mun-

do do trabalho, o lazer passa a ser visto como a atividade de ocupação desse tempo, que acaba sendo configurado como a conquista de um tempo de folga sobre o trabalho, que não contrapõem, mas que completa o trabalho produtivo. O lazer, então, é concebido como a forma capaz de diversão e felicidade, como o meio pelo qual é possível compensar as frustrações e o estresse da vida laborativa, como uma fuga da rotina, sendo associado, então, ao nível de qualidade de vida de uma população.

“É o domínio do tempo de trabalho dos outros que dá aos capitalistas o poder inicial de se apropriar dos lucros para si [...]. as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais, elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social” (Harvey apud Padilha, 2000, p.54).

Com isso, os capitalistas não são apenas proprietários dos meios de produção, como são, também, controladores do tempo dos trabalhadores, que vão sendo cada vez mais explorados e vão ficando cada vez mais distantes da idéia de que possuem um tempo livre para o lazer, que esteja desprendido de obrigações e que possa representar um espaço de liberdade de ação.

Chauí (1999), nos diz que, ao invés de o proletariado cultivar as “virtudes da preguiça”⁷, como propunha Lafargue, ele travou uma luta pelo direito ao trabalho, pela jornada de oito horas, pelo salário mínimo, com direito a férias e aposentadoria e a conquista do seguro desemprego. Conquistas estas que os trabalhadores vêm perdendo a cada dia devido à nova forma de organização do trabalho e a crise do capitalismo.

Para ela, esses direitos conquistados pelos trabalhadores tiveram, em um certo momento, de ser garantidos pela burguesia, o que se chamou de Estado do Bem-Estar. Na sua opinião, a burguesia soube perfeitamente transformar em ganho o que, num primeiro momento parecia ser uma perda, criando a indústria da moda, a indústria cultural, do esporte e do turismo, e com isso pôde controlar o tempo livre dos trabalhadores, criando neles necessidades fictícias de consumo, “[...] Ela nada perdeu e muito ganhou, pois tornou invisível a dominação de classe e a exploração” (Chauí, 1999, p. 49).

Dessa forma, é de extrema importância compreender as interfaces estabelecidas entre o trabalho, o tempo de não-trabalho e o lazer, à medida que foi no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e, com isso, nas novas configurações sofridas pelo modo de produção dessa sociedade, que o lazer surgiu.

Marcassa (2002), revela em sua pesquisa que em outras organizações sociais anteriores ao capitalismo e antes da industrialização, o modo de vida estava articulado com a dinâmica da natureza, fazendo com que a forma de trabalho, a diversão, o ócio, o convívio social se misturassem entre o tempo de trabalho e o passar do tempo. Se não há uma fragmentação do tempo social, a autora afirma, então, “[...] que o lazer nem sempre existiu como prática social circunscrita a um tempo, espaço ou atividade que lhe conferissem qualidades próprias [...]” (p.11). Foi o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização que deu à noção de tempo social uma nova lógica, em que foram impostas medidas de controle do tempo,

não só durante o trabalho, mas também fora dele.

Pode-se dizer com isso, que estas transformações acabam gerando uma nova forma de se entender não só o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho. Se com o avanço tecnológico, aumentou-se o tempo livre de trabalho, essa dimensão do tempo/espaço fora do trabalho ganha em importância, por caracterizar, também, as facetas do poder geradas pela sociedade contemporânea.

Entendendo que é neste tempo fora do trabalho que as necessidades básicas do homem – no qual o lazer faz parte – se satisfazem, esse tempo passa a representar um importante elemento na luta pela superação do quadro imposto pelo sistema vigente, que tem se caracterizado cada vez mais como uma situação de desigualdade e opressão.

Para Valle (1988, p.44), “[...] Em suas raízes históricas e, marcadamente, em sua formulação contemporânea, [...] o lazer foi sempre profundamente caracterizado por uma busca direta de manipulação ideológica”. O tempo livre e o lazer têm, inevitavelmente, um caráter de classe, pois estão inseridos nas esferas das lutas políticas e ideológicas da classe trabalhadora”.

Se não só a esfera do trabalho, mas também a do não-traba-

lho pode revelar os processos de fragmentação que se verificam nas sociedades capitalistas, possibilitando pensar a sociedade e refletir sobre seus valores mais gerais, podemos identificar no lazer, também, uma forma de alienação do homem ou a própria negação do indivíduo.

Dessa forma, as concepções de lazer que o colocam como um remédio para a cura das doenças do trabalho, ou seja, que acreditem no lazer como uma fórmula para compensar as frustrações da vida laborativa, não conseguem entendê-lo no âmbito da heterogeneidade social.

“[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente livre). Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa” (Antunes, 2001, p. 175).

Se o trabalho deixa de ser fonte de criação e de reprodução da vida, como visto na primeira parte deste capítulo, dentro da esfera do lazer não é possível experimentar

uma vida verdadeiramente livre e autônoma, ou seja, uma vida dotada de sentido.

Este quadro, apesar de adverso, não é estático. Portanto, temos que considerar as possibilidades criadas pelas contradições inerentes ao sistema capitalista para que sejam gestadas condições de reação, no sentido de reforçar a luta por uma sociedade emancipada.

No nosso campo específico, a afirmação de um conceito de lazer que considere as tensões existentes entre o capital e o trabalho, e que na organização do lazer temos presente uma forte carga de ideologização, nos levará a uma compreensão desse fenômeno para além dos significados funcionalistas e compensatórios que o lazer, hegemonicamente, tem recebido, contribuindo para uma melhor intervenção neste campo.

Considerações finais: o lazer visto pela ontologia do ser social

Da complexa relação dos homens com o mundo em que vivem, que tem no trabalho o seu momento predominante, existia também em Lukács a preocupação de resolver o problema da mediação entre o trabalho e os complexos sociais parciais.

Consideraremos aqui o lazer como sendo, assim como o trabalho, um dado ontológico do ser social, na ordem burguesa, já que é um produto humano que tem sua gênese nas necessidades peculiares às sociedades de classe. Portanto, o lazer será entendido aqui como um complexo social particular pois compartilhamos a idéia de que este fenômeno surgiu da exploração do homem pelo homem, da distinção das classes sociais.

O lazer não tem nada de espontâneo no seu desenvolvimento, ele não emerge espontaneamente na vida cotidiana. Tendo em vista as diferentes configurações sofridas no decorrer do desenvolvimento da sociedade – como o sentido de lazer como ócio na sociedade greco-romana, bem como o significado de lazer como sendo algo “lícito” no contexto das influências do cristianismo, no período medieval e, também, do lazer configurando-se como um tempo controlado pela racionalidade econômica, com o desenvolvimento do capitalismo –, o momento predominante no desenvolvimento do lazer é o devir-humano dos homens. É o desenvolvimento da generalidade humana que funda a necessidade de uma esfera do lazer e coloca as novas demandas que devem ser atendidas através de novos desenvolvimentos desse complexo.

"[...] É o devir-humano do homens, tomado enquanto processualidade global de explicitação da generalidade humana, que coloca os novos problemas, novos dilemas, novos desafios, que devem ser enfrentados e superados para que a humanidade não pereça. Esses novos problemas, desafios e dilemas, requerem respostas que, por sua essência, impulsionam a humanidade a patamares sempre superiores de sociabilidade" (Lessa, 2002:84).

Porém, como explicitado anteriormente, nem sempre o desenvolvimento do complexo social nos leva a patamares superiores de sociabilidade, muitas vezes eles dificultam o desenvolvimento humano, como acontece nas relações de trabalho sob a égide do capital – como a exploração da mais-valia ou a fragmentação e flexibilização que sofreram as relações de trabalho na sociedade contemporânea –, tornando cada vez mais desumana a existência dos seres humanos.

Na esfera do lazer, dos autores que possuem uma visão mais crítica da área, parece haver um certo consenso sobre o fato do lazer se constituir como um tempo/espaço de extensão da dominação dos ideais capitalistas. Isso se dá pelo fato de, por um lado, o tempo/espaço de lazer possibilitar um período de recuperação das condições mínimas de

retorno da força viva de trabalho, e por outro, por se configurar num tempo/espaço que adquire para a sociedade um valor ou uma função produtiva, a partir do momento que nos libera e nos dá condições para consumir as mercadorias produzidas pelo sistema. Dessa forma, podemos afirmar que

"[...] o lazer permanece como uma categoria interna da economia política, sendo gerado e apropriado em decorrência das mesmas relações sociais. É por isso que ela traduz – à sua maneira – as esferas da produção, da distribuição, da troca e do consumo. Suas formas individuais e coletivas não surgem nem são vividas a não ser como emanções da própria economia política." (Cunha, 1987:20)

Não é necessária uma análise muito rigorosa dos autores que discutem o lazer para perceber a relação existente e estabelecida entre o lazer e o trabalho. A compreensão do lazer ou do tempo livre apresentado nos estudos sobre o lazer corresponde, na sua totalidade, à ocupação de um tempo liberado do trabalho. Sem a liberação das obrigações do trabalho não há como se pensar na existência do lazer.

Porém, esta relação que parece ser de oposição, na verdade é de estreita unidade pois, assim como Faleiros (1980), entendemos

que é no tempo de não trabalho que o indivíduo recupera a energia consumida no trabalho, produzindo novas energias e novas necessidades, com isso, nova produção. Assim, podemos afirmar que as formas de lazer estão relacionadas às necessidades humanas e às suas atividades dentro e fora da esfera de produção.

"[...] Um dos aspectos que deveríamos abordar diz respeito à sua relação com o trabalho. Acreditamos que a relação existente aí não é a de oposição, como alguns autores vêem. O tempo de trabalho requer um tempo de não trabalho; a atividade de trabalho requer a realização de outras atividades para que ela possa se repetir. Na realidade é um processo único. Entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho existe uma unidade muito particular. Durante o tempo de não trabalho, os homens desenvolvem uma variedade de ações ligadas, todas elas, a satisfação de determinadas necessidades. Eles se transportam, preparam os alimentos, comem, fazem sua higiene, dormem, mantêm relações sexuais etc., ações estas ligadas à reconstrução e reprodução da força de trabalho. Com aquele mesmo objetivo, existem outras: eles passeiam, fazem e ouvem música, jogam e assistem a jogos, lêem e escrevem, dançam, fazem a assistem a filmes" (Faleiros, 1980:64).

Dessa forma, um estudo que se pretenda inovador, que se coloque numa perspectiva crítica, deve pensar o lazer não apenas tomando como base para análise o trabalho alienado, mas deve tratar dessa categoria na sua dimensão ontológica.

À luz das discussões travadas até aqui, mostra-se evidente e enfática a necessidade de transformação do mundo. Mas como pensar essa questão na especificidade das discussões sobre o lazer? Como uma reflexão sobre as apropriações conceituais do lazer pôde contribuir para tal feito? Como pensar um lazer com possibilidades transformadoras?

A preocupação e o cuidado com a produção de um conhecimento crítico sobre o lazer devem estar presentes na atividade daqueles que pesquisam e intervêm no lazer, sem perder a dimensão de que a mudança no lazer e na sociedade como um todo só acontece por meio de um fenômeno que será gerado historicamente.

Assim, mais do que resistir à opressão e degradação da vida visível no atual modelo societário, as práticas do lazer contribuirão para o desenvolvimento de autonomia – nas classes dominadas – na efetivação da busca de novas formas para sair da submissão e prosseguir na construção de uma nova socie-

dade, tornando-os sujeitos protagonistas de sua própria história, e não instrumentos passivos das determinações materiais.

Se existem dificuldades que se interpõem na construção de um mundo diferente, tais obstáculos devem nutrir uma utopia. Utopia que consiste em romper com a incompatibilidade entre a estrutura econômica e as necessidades de melhores condições de vida para a população; utopia que reside na visão global dos problemas sociais e no conhecimento dos limites para as soluções; utopia que repousa na correta apreensão do real para buscar erguer um novo possível desenvolvimento histórico.

Para a realização dessa utopia precisamos repensar a atualidade a partir de bases diferentes das atuais, tendo como horizonte uma sociedade menos desigual, mais justa e livre de um convívio social marcado por amarras e opressões.

Nestas considerações, entendemos que apesar das determinações adversas da vida em sociedade, é no confronto com os acontecimentos da dinâmica social que os homens poderão estabelecer formas de sociabilidade cada vez mais emancipadas. Entretanto, o processo de potencialização das forças produtivas, possibilitadas pelas intensas transformações que a sociedade tem assistido nos últimos tempos,

não tem produzido, como poderiam, o alargamento dos horizontes teóricos, políticos, culturais e afetivos da sociedade. Pelo contrário, a sociedade capitalista e as constantes transformações que esta vem sofrendo, mostra que estas condições apresentam-se mais nitidamente como obstáculos para o florescimento de formas mais elevadas da vida humana, reforçando cada vez mais sua alienação.

Por esse motivo, defendemos neste artigo a necessidade de entender a categoria trabalho a partir de sua perspectiva ontológica, pois a luta incessante por sobrevivência só será possível quando o trabalho for considerado como o “primeiro carecimento da vida”, enquanto expressão maior da práxis humana, recuperando o sentido que Marx a empregou, e não como uma atividade amplamente dominada pela humanidade, representado apenas como um “meio de vida”.

Sendo assim, o vínculo entre o lazer e a sua base sócio-material é percebido claramente quando entendemos que este fenômeno não provém de nenhuma categoria abstrata, mas que é produto da própria atividade humana.

Acreditamos ser possível a partir da consideração do lazer como sendo um produto dos homens, e na sua estreita relação com

o trabalho – este último sendo entendido não só na esfera do capitalismo mas, principalmente, como categoria ontológica – contribuir para que os indivíduos não aceitem a idéia de que essa forma bárbara da vida cotidiana vivida pela sociedade é a forma mais civilizada possível da vida social, e de aceitar como “natural” a exploração do homem pelo homem. Se isso for minimamente alcançado, acreditamos termos contribuído com o processo de emancipação humana – entendendo-a aqui, conforme Padilha (2000: 16), como “... o processo de libertação dos homens em relação ao seu estado de sujeição ao sistema e aos imperativos econômicos oriundos do modo de produção”.

Referências

- ANTUNES, R. (1999). Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 6ed.
- ANTUNES, R. (2001). Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- CASTELLANI FILHO, L. (1996). Lazer e Qualidade de Vida. In: MARCELLINO, N. C. (ORG.) Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras. Campinas, Autores Associados, p.07-21.
- CHAUÍ, M. (1999). Introdução. In: LAFARGUE, P. O Direito à Preguiça. São Paulo: Hucitec; Unesp.
- FALEIROS, M.I.L. (1980). Repensando o Lazer. In: Perspectivas, São Paulo.
- LESSA, S. (1996). A Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács. In: Serviço social e sociedade, São Paulo: 52.
- LESSA, S. (1997). A ontologia de Lukács. Maceió: Edufal.
- LESSA, S. (2002). Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social. São Paulo: Boitempo.
- LUKÁCS, G. (1979). A Ontologia do Ser Social: os princípios fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas.
- MARX, K. (1984). Prefácio à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2ed.
- MARCASSA, L. (2002). A invenção do Lazer: educação, cultura e tempo livre n cidade de São Paulo (1988-1935). Goiânia, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação.
- MASCARENHAS, F. (2000). Lazer e grupos sociais: concepções e métodos. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, P. S. de (2001). O lúdico na cultura solidária. São Paulo: Hucitec.

PADILHA, V. (2000). Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito. Campinas, SP: Ed. Alínea.

VALLE, L. A. B. do (1988). O Lazer como Resistência. In: Fórum Educacional. Rio de Janeiro: 12(4), p. 44-50, out/dez.

Contatos: thelmapolato@uol.com.br

Recebido em: maio/2004

Aprovado em: julho/2004